



ANAIS DE HISTÓRIA DE ALÉM-MAR

Vol. II (2001)

ISSN 0874-9671 (impresso/print)

ISSN 2795-4455 (electrónico/online)

Homepage: <https://revistas.rcaap.pt/aham>

Diogo do Couto. 1998. Tratado dos Feitos de Vasco da Gama e seus filhos na Índia. Introdução, leitura e glossário de José Manuel de Azevedo e Silva e João Marinho dos Santos. Lisboa: Edições Cosmos (XXVIII+206 pp.) [recensão]

Maria Augusta Lima Cruz 

Como Citar | How to Cite

Cruz, Maria Augusta Lima. 2001. «Diogo do Couto. 1998. Tratado dos Feitos de Vasco da Gama e seus filhos na Índia. Introdução, leitura e glossário de José Manuel de Azevedo e Silva e João Marinho dos Santos. Lisboa: Edições Cosmos (XXVIII+206 pp.) [recensão]». *Anais de História de Além-Mar* II: 469-481. <https://doi.org/10.57759/aham2001.46963>.

Editor | Publisher

CHAM – Centro de Humanidades | CHAM – Centre for the Humanities
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas
Universidade NOVA de Lisboa | Universidade dos Açores
Av.ª de Berna, 26-C | 1069-061 Lisboa, Portugal
<http://www.cham.fcsh.unl.pt>

Copyright

© O(s) Autor(es), 2001. Esta é uma publicação de acesso aberto, distribuída nos termos da Licença Internacional Creative Commons Atribuição 4.0 (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt>), que permite o uso, distribuição e reprodução sem restrições em qualquer meio, desde que o trabalho original seja devidamente citado.

© The Author(s), 2001. This is a work distributed under the terms of the Creative Commons Attribution 4.0 International License (<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>), which permits unrestricted reuse, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.



As afirmações proferidas e os direitos de utilização das imagens são da inteira responsabilidade do(s) autor(es).
The statements made and the rights to use the images are the sole responsibility of the author(s).

DIOGO DO COUTO – *Tratado dos Feitos de Vasco da Gama e seus filhos na Índia*.
Introdução, leitura e glossário de José Manuel de Azevedo e Silva e João
Marinho dos Santos, Lisboa, Edições Cosmos, 1998 (XXVIII+206 pp.).

Neste livro, saído quando se comemoravam os 500 anos da primeira viagem marítima de Vasco da Gama à Índia, é pela primeira vez publicada uma obra de Diogo do Couto (1542-1616), vulgarmente conhecida pela designação de *Tratado dos Gama*, que permanecia inédita há cerca de 400 anos. Integrado na colecção «Cosmos História» das Edições Cosmos e publicado com o patrocínio da Fundação Oriente e o apoio da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, o volume é organizado por José Manuel de Azevedo e Silva e João Marinho dos Santos, dois professores da mesma Faculdade que têm desenvolvido investigação e actividade docente no domínio da História dos Descobrimentos e da Expansão Portuguesa, que são também responsáveis pela introdução, leitura do texto e glossário.

Concluída em 1599, esta obra de Diogo do Couto, cujo título completo é *Tratado de todas as cousas socedidas ao valeroso Capitão Dom Vasco da Gama primeiro conde da Vidigueira: almirante do mar da India: no descobrimento, e conquistas dos Mares, e Terras do Oriente: e de todas as vezes que ha India passou, e das cousas que socederão nella a todos seus filhos. Dirigida a Dom Francisco da Gama Conde da Vidigueira Almirante do mar Indico, e visorrei da India por Diogo do Couto Cronista e Guarda Mor da Torre do Tõbo da India*, estrutura-se em duas partes. Na primeira, que se subdivide em 28 capítulos, são relatadas as três viagens de Vasco da Gama à Índia (1497-1498, 1502 e 1524). Na segunda, que se subdivide em 30 capítulos, são historiados os sucessos dos seus filhos no Oriente, numa narrativa que se estende sensivelmente do ano de 1532 (data da partida para a Índia de D. Estêvão, D. Paulo e D. Cristóvão, indo os dois primeiros com a capitania de Malaca) ao de 1552 (final da capitania da mesma fortaleza de Malaca por um outro filho de Vasco da Gama, D. Pedro da Silva).

No que respeita à organização do volume, os responsáveis por esta primeira edição precederam a transcrição do *Tratado* (pp. 19-199) de uma «Introdução» (pp. xv-xvii), seguida da reimpressão de dois textos pioneiros sobre o autor e a sua obra, a saber: «Vida de Diogo do Couto», inserta nos *Discursos Vários Políticos* de Manuel Severim de Faria (Coimbra, 1624), que, como peça autónoma, foi posteriormente objecto de outras edições (pp. 1-11)¹; e «Noticia de Autores, que Escreveram de Diogo do Couto E Catalogo das Obras, que Compos» extraída da *Biblioteca Lusitana* de Diogo Barbosa Machado (pp. 13-18)². Integra ainda o volume um «Glossário» (pp. 201-206) e, em extra-texto, oito belas reproduções a cores de retratos de vice-reis / governadores do Estado português da Índia: D. Francisco de Almeida (1505-1509), Afonso de Albuquerque (1509-1515), D. Duarte de Meneses (1521-1524); D. Vasco da Gama (1524), D. Estêvão da Gama (1540-1542), Martim Afonso de Sousa (1542-1545), D. João de Castro (1545-1548) e Garcia de Sá (1548-1549).

Na «Introdução», os editores começam por provar, através da crítica externa, a «identidade própria» do *Tratado* e justificar a importância e urgência de publicação da cópia manuscrita de que se serviram, conservada na Biblioteca Nacional de Lisboa.

¹ No caso em apreço, os editores utilizaram a recolha feita por António Lourenço CAMINHA, in *Obras Inéditas de Diogo do Couto*, Lisboa, Na Impressão Imperial e Real, [1808].

² A primeira edição saiu à luz, em Lisboa, 1741-1759 (4 volumes); reimpressão, também em quatro volumes: Coimbra, Atlântida Editora, 1965. Recentemente, publicada em CD-ROM, na série Ophir – Biblioteca Virtual dos Descobrimentos Portugueses, pela Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses.

Não só porque os vários autores que consultaram e as aturadas pesquisas que fizeram em arquivos nacionais os levaram a concluir tratar-se do único testemunho existente, mas também em virtude do seu estado de deterioração e de legibilidade tender a agravar-se (p. xvii). Relativamente ao valor informativo do *Tratado*, reconhecem que Diogo do Couto utilizou, para a elaboração da Segunda parte do mesmo, «alguns capítulos das suas Décadas IV, V e VI, nalguns casos de forma bastante aproximada (...) noutros procedendo a elaborações originais, a alterações, ajustamentos, cortes, junções e acrescentos...» (p. xvii), afirmação que atestam com a apresentação de uma tabela de correspondências entre os capítulos do *Tratado* e os das referidas *Décadas da Ásia*.

Depois de uma breve informação sobre os critérios de transcrição seguidos na publicação do *Tratado*, todo o resto da «Introdução» é dedicado à análise interna da obra, designadamente aos seus conteúdos. Num primeiro momento, as considerações que tecem centram-se na «epístola-dedicatória» de Diogo do Couto a D. Francisco Gama e na Primeira Parte do *Tratado*. O realce vai para os contornos do «retrato» de Vasco da Gama e para os valores e ideologia de expansão subjacentes à construção narrativa. No que respeita à Segunda parte, as reflexões dos editores focalizam sobretudo a técnica de construção narrativa, salientando que, nela e ao contrário do que acontece na Primeira parte, os feitos dos filhos de Vasco da Gama na Índia de tal modo aparecem «afogados no desenrolar da intensa e gloriosa acção dos portugueses no Oriente daquela época» que, mais do que uma série de «memórias biográficas», o que Couto nos apresenta é uma história dos portugueses nas partes do Índico.

Por último e ainda com base na análise dos conteúdos, chamam a atenção para o elevado número de fontes escritas e orais de que Diogo do Couto se serviu para a elaboração desta obra, enumerando: nas primeiras, as obras de Damião de Góis, João de Barros, D. João de Castro, Padre Francisco Álvares, Fernão Lopes de Castanheda, Miguel de Castanhoso e diversos documentos avulsos, os capítulos das *Décadas* 4.^a, 5.^a e 6.^a de que Couto se aproveitou e a documentação do Arquivo da Torre do Tombo de Goa a que, como seu guarda-mor, tinha acesso; nas segundas, informações colhidas por Couto junto de testemunhos contemporâneos, relevadas, todas elas, na Segunda parte do *Tratado*.

*

I – A «Introdução» ao *Tratado dos feitos de Vasco da Gama e seus filhos na Índia*

1 – Uma primeira evidência ressalta da leitura da «Introdução» de José Manuel de Azevedo e Silva e João Marinho dos Santos: a total ausência de informação sobre o contexto que esteve na origem da encomenda do *Tratado dos Gama* a Diogo do Couto e sobre as circunstâncias que o levaram à composição desta obra. Ora, se há trabalho deste escritor em que tal informação se impunha, o *Tratado dos Gama* é, sem dúvida, um deles.

Muito resumidamente, pode afirmar-se que, quando o vice-rei D. Francisco da Gama fez a encomenda do *Tratado* a Diogo do Couto (então recém-nomeado cronista da Ásia e guarda-mor da Torre do Tombo de Goa), este não estava em condições de recusar. Por um lado, porque não ignorava que ela se integrava no programa de exaltação da família Gama no Oriente que D. Francisco, movido por ambições políticas, promoveu durante o seu primeiro mandato como vice-rei da Índia (1597-1600). Além da crónica que memorizasse feitos da sua família no Oriente, D. Francisco mandou colocar uma estátua do seu bisavô, Vasco da Gama, no arco dos vice-reis de Goa, e um retrato do mesmo, em tamanho natural, em lugar de destaque (frente ao de Afonso de Albuquerque), na Câmara da cidade ³.

³ Note-se, a título de curiosidade, que estes «festejos» com contornos comemorativos ocorreram precisamente cem anos após a primeira viagem marítima de Vasco da Gama à Índia.

Sabia, por outro lado, Diogo do Couto que a conservação dos cargos de cronista da Ásia e guarda-mor do Tombo de Goa que desempenhava, dependia do parecer de D. Francisco da Gama. Com efeito, suspeitas que então se levantavam quanto à sua «pureza» de sangue e quanto às suas competências para dar continuidade às *Décadas da Ásia*, iniciadas por João de Barros, tinham levado o rei ⁴ a dar instruções a D. Francisco da Gama para que, com a ajuda do arcebispo de Goa (D. Aleixo de Meneses), apurasse se realmente ele tinha «falta de nascimento» e avaliasse a qualidade das *Décadas da Ásia* que ia compondo. Se D. Francisco e D. Aleixo achassem conveniente, o monarca estava disposto a retirar a Couto o encargo da escritura da História da Ásia ⁵.

Nestas circunstâncias, Diogo do Couto, para manter os cargos por que tanto lutara, teve de meter mãos à obra. Mais, soube aproveitar a oportunidade para reverter a situação em seu favor. Apesar de pressionado por cartas do monarca ordenando-lhe que continuasse a enviar, todos os anos, os manuscritos da *Décadas da Ásia* que se comprometera a escrever, deu prioridade à encomenda do vice-rei e, em Novembro de 1599, dava por terminado o *Tratado dos Gama*.

Realizou um trabalho em que, tudo leva a crer, nunca se reviu. Só assim se explica que o tenha votado ao esquecimento, ele que era autor que não se cansava de alardear obra feita ou simplesmente alinhavada ⁶. Não teria agradado também a D. Francisco de Gama, quando, possivelmente na viagem de regresso ao Reino, verificou que: a Primeira parte do *Tratado* era menos do que aquilo que sobre as viagens do seu bisavô à Índia já corria em letra de forma na *Crónica de D. Manuel* de Damião de Góis e nas *Décadas 1.^a e 3.^a da Ásia* de João de Barros; a Segunda, uma cópia do que o próprio Couto escrevera sobre os feitos dos filhos de Vasco da Gama no Oriente nas *Décadas 4.^a, 5.^a e 6.^a da Ásia*.

Sobressai ainda nesta Introdução a falta de informação bibliográfica actualizada sobre a vida e obra de Diogo do Couto. De facto, exceptuando as referências à edição do segundo *Diálogo do Soldado Prático* de Rodrigues Lapa e a um artigo de António Coimbra Martins ⁷, a notação fornecida pelos editores fica-se pela «Vida de Diogo do Couto» de Manuel Severim de Faria e pela «Notícia de Autores, que Escreveram de Diogo do Couto E Catalogo das Obras, que Compos» extraída da *Biblioteca Lusitana* de Diogo Barbosa Machado. Embora, ainda hoje, estes dois textos sejam peças fundamentais para o conhecimento da vida e obra deste escritor, há que reconhecer que, desde que pela primeira vez foram publicados (um, em 1624, e outro, em 1741), muito se avançou nos estudos coutianos ⁸. E foi pena, porque a consulta desta bibliografia não só pouparia aos editores algum trabalho na pesquisa de outros testemunhos do *Tratado*, para além daquele de que se serviram, como os conduziria a uma análise mais consistente da obra e talvez os levasse a enveredar por outra estratégia de publicação.

⁴ O monarca reinante ao tempo ainda era Filipe II que, no entanto, já se encontrava gravemente doente; por isso as cartas são assinadas pelo príncipe, futuro Filipe III de Espanha (II de Portugal).

⁵ Sobre o assunto, ver António Coimbra MARTINS, «Pelos Vidigueira e D. Francisco», *Actas do II Seminário Internacional de História Indo-Portuguesa*, edição organizada por Luís de ALBUQUERQUE e Inácio GUERREIRO, Lisboa, Instituto de Investigação Científica e Tropical, 1985, pp. 721-747, reed. *Em torno de Diogo do Couto*, Coimbra, Biblioteca Geral da Universidade, 1985, pp. 67-95.

⁶ Cf. Maria Augusta Lima CRUZ, «O Tratado dos Gama de Diogo do Couto», *Oceanos*, n.º 33, Janeiro-Março de 1998, pp. 117-134, designadamente sub-título 1 – «A excepção à regra».

⁷ «Quem na estirpe seu se chama...», *Arquivos do Centro Cultural Português*, vol. XVI, pp. 283-296, Paris, Fundação Calouste Gulbenkian, 1981.

⁸ A título de exemplo, os estudos de Aubrey BELL, António BAIÃO, C. R. BOXER, Luís de Sousa REBELO e António Coimbra MARTINS.

2 – Georg Schurhammer foi, talvez, o primeiro investigador que alertou para uma bem característica metodologia de trabalho de Diogo do Couto na composição das suas obras de carácter histórico: copiava textualmente as fontes primárias ou secundárias de que se servia, sem se dar sequer ao trabalho de as adaptar à sua escrita e, na maior parte dos casos, sem mencionar os respectivos autores⁹. Depois desta primeira «descoberta», muito se aprofundou e provou sobre esta técnica de composição do cronista da Ásia¹⁰. Ora, quando o próprio Diogo do Couto, na epístola em que dedica o *Tratado dos Gama* a D. Francisco, confessa que «para as cousas do conde vosso bisavô das três vezes que à Índia passou, tirei de Damião de Góis algumas, mas a mor parte de João de Barros a quem sigo em muitas cousas ao pé da letra; as mais dos seus filhos foram tiradas das minhas Décadas onde V.S. as leu»¹¹, é porque realmente estava consciente de que era evidente e indisfarçável o modo como se apropriara das «fontes» que cita para a composição deste *Tratado*. Confissão que os editores deveriam ter levado a sério.

De facto, um estudo comparativo metódico do *Tratado* com as «fontes» que Couto menciona permite alinhar as seguintes conclusões:

– Os oito primeiros capítulos da Primeira parte foram compostos a partir da articulação de trechos colhidos na *Crónica de D. Manuel* de Góis e na *Década 1.^a* da Ásia de João de Barros; os restantes (caps. 9 a 28) foram montados a partir de blocos de texto, seleccionados nas *Décadas 1.^a* e *3.^a* de Barros, que praticamente decalcou, ou seja, seguiu «ao pé da letra». É certo que por vezes introduz considerações da sua lavra ou desenvolve comentários, mas também não se coíbe de, até nestes campos, copiar o modelo que estava a seguir. A título de exemplo, apresenta-se um trecho deste tipo, colhido do cotejo do *Tratado dos Gama* com a *Década 1.^a* de Barros, no qual as palavras escritas a negro assinalam erros de cópia do *Tratado*, reproduzidos na edição que estamos a analisar:

<i>Década 1</i> , liv. iv, cap. 11, pp. 360-361 da ed. 1778	<i>Tratado dos Gama</i> , I, cap. 12, pp. 65-66 da ed. 1998
E a gente Portuguez Catholica per Fé, e verdadeira adoração do culto, que se deve a Deos, arvorando aquella Divina bandeira de Christo, sinal de nossa Redempção, de que a Igreja canta Vexilla Regis prodeunt, não sómente á vista dos Mouros dos Mouros de Africa, Persia, e India, perfidos a ella, mas diante de todo o paganismo destas partes, que dela nunca tiveram noticia, e isto navegando per tantas mil leguas, que vem a ser antípodas de sua propria patria...,	Mas a jente portuguesa cathólica por fée e verdadeira adoração do culto divino que se deve a Deos arvorando aquella divina bandeira de Christo sinal de nossa redempção de que a Igreja a conta , Vexila, regis prodeunt, não somente á vista dos mouros de Africa, Percia, India, e fielos a ella, mas diante de todo o pagaismo das partes da India que della nunca tiverão noticia, e isto nevegando por tancatas mil legoas que vem a ser antípodas de sua propria patria.

⁹ Georg SCHURHAMMER, *Francisco Javier – su vida y su tiempo*, Bilbao, 1992 (1.^a ed., Freiburg, 1955-1973), Apêndice III, pp. 564-571.

¹⁰ Cf. M. A. L. CRUZ, *Diogo do Couto e a Década oitava da Ásia*, Lisboa, INCM-CNCDP, 1993-1994, vol. II, pp. 330-345, «As vozes da Índia nas Décadas da Ásia de Diogo do Couto», *Oceanos*, n.º 19-20, Lisboa, CNCDP, 1914, pp. 182-188, e, mais recentemente, A. C. MARTINS, «Introdução à leitura da Década Quarta», *Década Quarta da Ásia* de Diogo do Couto, cit., vol. I, pp. XIII-CXXI. Essencial para informação das fontes de Diogo do Couto, Rui LOUREIRO, *A Biblioteca de Diogo do Couto*, Macau, Instituto Cultural, 1998.

¹¹ Cf. p. 22 da edição que estamos a analisar.

– Quanto à Segunda parte, foi «armada» com capítulos e partes de capítulos que recortou das suas *Décadas* 4.^a, 5.^a e 6.^a. Recortes de tal modo copiados no sentido literal do termo que, na recente edição da *Década* 4.^a, foram considerados como uma ramificação da tradição manuscrita desta *Década*, enxertada no *Tratado dos Gama*, e utilizados, enquanto testemunhos parciais, no estabelecimento do seu texto¹². Por vezes, neste exercício de «corte e colagem», Diogo do Couto nem sequer teve o cuidado de «limpar» os trechos seleccionados das indicações que remetiam para passos das *Décadas* que não constavam no *Tratado*. Excepção feita a três episódios desta Segunda parte, que não aparecem nas versões impressas das *Décadas* (e, sublinhamos, impressas)¹³, pode afirmar-se que, de um modo geral, tudo o que está no *Tratado* também está na *Décadas*, mas nem tudo o que está nas *Décadas* se encontra no *Tratado*.

Em conclusão, o *Tratado dos Gama*, no que respeita aos conteúdos narrativos, não traz grandes novidades. No entanto, reveste-se de grande interesse, enquanto testemunho que preservou, embora parcialmente, a tradição manuscrita das *Décadas* 4.^a, 5.^a e 6.^a de Diogo do Couto, antes de submetida às revisões e correcções operadas em Lisboa para efeitos de impressão¹⁴.

Face ao exposto, não podemos deixar de questionar algumas das ilações tiradas pelos editores, designadamente no que se refere à análise dos conteúdos. Exceptuando a «epístola dedicatória», até que ponto pode afirmar-se que a imagem de Vasco da Gama que emerge no *Tratado* e a ideologia de expansão que nele transparece são expressão de um discurso coutiano? Neste particular, talvez valesse a pena apurar o sentido das escolhas de Couto: não só o que seleccionou, mas também o que rejeitou e, ainda, os cortes e acrescentos que operou nos trechos que deslocou das «fontes» para o *Tratado*.

Releve-se, por outro lado, que as considerações que os editores tecem sobre a opção tomada por Diogo do Couto no que respeita à estrutura narrativa da Segunda parte do *Tratado*, que os levam a afirmar que nela, ao contrário do que acontecera na Primeira, o cronista «acaba por nos dar a história dos portugueses nas partes do Índico, no período em questão» (p. xxvi), carecem de pertinência. A explicação para tal opção reside no simples facto de Couto estar efectivamente a copiar uma história dos portugueses na Índia, ou seja, as suas *Décadas* 4.^a, 5.^a e 6.^a da Ásia.

Por último, não é totalmente correcto apresentar, numa lista única, uma série de crónicas, relações e testemunhos orais e escritos, como fontes de que Couto se serviu para

¹² M. A. L. CRUZ, «Introdução à edição da *Década* Quarta», *Década Quarta da Ásia*, cit., vol. I, CXLVI.

¹³ Exceptuando a *Década* 5.^a de que se conhece uma versão manuscrita, para a outra versão desta *Década* e para as *Décadas* 4.^a e 6.^a, os únicos testemunhos conhecidos são os das primeiras edições. É de admitir, por isso, que os trechos em causa tenham desaparecido nas vicissitudes por que passavam os textos de Couto desde que saíam das suas mão até que chegavam à letra de forma. Sobre o assunto, ver «Introdução» citada na nota anterior, pp. CXXXVIII-CXLII.

¹⁴ Sabendo-se que o *Tratado dos Gama* foi concluído em Goa, em 1599, portanto quando ainda não tinham saído dos prelos as *Décadas* 4.^a, 5.^a e 6.^a, deduz-se que, para a sua composição, Diogo do Couto recorreu aos manuscritos destas *Décadas*, que tinha consigo, no estado em que os enviou para o Reino, ou seja, ainda sem as correcções operadas pelo seu cunhado, Frei Adeodato da Trindade, frade agostinho do Convento da Graça em Lisboa, que, oficiosamente, fazia a revisão das obras do cronista, preparando-as para a impressão. Sobre as intervenções operadas por este frade agostinho, ver Ana Dulce Carocha de SEABRA, *No princípio era o texto – contributo para a edição crítica do texto de Diogo do Couto da Década Décima*, Lisboa, Faculdade de Letras, 1993 (tese de mestrado, policopiada), e M. A. L. CRUZ, «Introdução à edição...», *Década Quarta da Ásia*, cit., vol. I, pp. CXXXVIII-CXLII e CXLVI-CXLIX.

a elaboração do *Tratado*. Em rigor, a *Crónica de D. Manuel* de Damião de Góis e as *Décadas* 1.^a e 3.^a de Barros foram «fontes» para a composição da Primeira Parte; as *Décadas* 4.^a, 5.^a e 6.^a do próprio Diogo do Couto, para a Segunda parte; as restantes enumeradas, todas elas referentes a esta Segunda parte, foram aquelas de que ele se serviu, directa ou indirectamente, para a composição das suas *Décadas* ¹⁵.

3 – A consulta da bibliografia coutiana, se outra utilidade não tivesse, teria a de poupar aos editores algum do tempo que despenderam, sem resultados positivos, em «aturadas pesquisas» (tanto em vários arquivos portugueses, que discriminam, como em autores, que não especificam) para encontrar outros testemunhos manuscritos do *Tratado*, além daquele de que se serviram e que se conserva na Biblioteca Nacional, Fundo Geral, n.º 462. De facto, eles existem e ambos se conservam no Instituto dos Arquivos Nacionais / Torre do Tombo: um, já há muito localizado, na Colecção de S. Lourenço, vol. 6.º; outro, no Núcleo Antigo, n.º 897 (4/6) ¹⁶. Ambos reproduzem cópias truncadas, sendo que a do Núcleo Antigo não tem interesse para efeitos editoriais, pois trata-se de transcrição dos finais do séc. XIX, ou mesmo no início do séc. XX, feita, segundo pensamos, a partir da cópia conservada na Biblioteca Nacional de Lisboa: contém, em folhas numeradas, todas as peças liminares do *Tratado* e, em folhas inumeradas, os oito primeiros capítulos da Primeira parte, sendo que o oitavo está incompleto.

Já o mesmo não se pode dizer da cópia que ocupa todo o vol. 6.º da Colecção de S. Lourenço, fundamental para os estabelecimento do texto da Segunda parte do *Tratado*. A primeira notícia deste testemunho, embora caracterizando-o como uma História da Índia muito próxima das *Décadas da Ásia* de Couto, foi dada por José Maria António Nogueira, *Notícia dos Manuscritos da Livraria da Excellentissima Casa de S. Lourenço* (Lisboa, 1871). Posteriormente, António Baião, na «Introdução» à selecção das *Décadas* de Diogo do Couto (Lisboa, Sá da Costa, 1947), em que publicou importante documentação sobre a vida e a obra do cronista, provou que se tratava de uma cópia da Segunda parte do *Tratado do Gama*, a que faltavam os três primeiros capítulos dos trinta em que ela se subdivide ¹⁷. Mais recentemente, António Coimbra Martins, em artigo fundamental sobre o assunto, intitulado «Diogo do Couto et la famille Da Gama: un traité inédit» ¹⁸, que, não podemos deixar de registar, nunca é citado pelos editores, dá também informação detalhada sobre esta cópia.

Trata-se, é certo, de uma cópia truncada. Datada, assim como a que se conserva na Biblioteca Nacional de Lisboa, do séc. XVII, parece, no entanto, ser mais antiga. Sem dúvida, contém um testemunho que, em muitos aspectos, é mais fidedigno, o qual, não só resolveria muitas das dificuldades e manifestas impossibilidades de leitura que os editores confessam ter enfrentado na transcrição dos catorze primeiros capítulos da Segunda parte do *Tratado* (p. XIX), como permitiria detectar muitos erros, uns mais evidentes outros

¹⁵ Admitimos a hipótese de algumas terem sido indirectamente utilizadas, tendo em conta recente estudo de A. C. MARTINS que veio provar que, pelo menos no que se refere à *Década* 4.^a, as fontes documentais que Diogo do Couto cita foram utilizadas via *História do Descobrimento e Conquista da Índia...* de Fernão Lopes de Castanheda; esta conclusão leva-o a afirmar, com uma certa ironia, que Castanheda foi o principal «arquivo» de Couto. Cf. «Introdução à leitura...», cit.

¹⁶ A cópia do Núcleo Antigo foi pela primeira vez recenseada por Maria do Carmo Jasmins Dias FARINHA e Maria de Fátima Dentinho ó RAMOS, *Núcleo Antigo – inventário*; Lisboa, AN/TT, 1996, p. 198.

¹⁷ Para uma possível explicação do truncamento operado nesta cópia, ver considerações que tecemos em artigo citado na nota 5, especialmente pp. 123-124.

¹⁸ Pub. in *Revue de Littérature Comparée*, Paris, 1979, pp. 279-287.

menos, e corrigi-los com a autoridade dada por um testemunho cujo ascendente, como já tivemos oportunidade de provar, é comum ao da Biblioteca Nacional de Lisboa ¹⁹.

Seguem-se alguns exemplos, em que sublinhámos a negrito as variantes entre as duas cópias, que atestam lições faltosas da cópia da Biblioteca Nacional de Lisboa que poderiam ter sido rectificadas pelo recurso à que se conserva na Torre do Tombo. Note-se que algumas destas lições faltosas foram assinaladas pelos editores, através da locução latina *sic*, outras passaram-lhes despercebidas.

<i>Cópia da Torre do Tombo</i>	<i>Edição 1998 (segundo cópia da BNL)</i>
«ao entrar da cidade Dom Christovão pos as bandeiras em ordenança, e elle com a de Christo e com elle o patriarcha...» (P. II, cap. 13, fól. 25)	«ao entrar da cidade D. Christovão pos as bandeiras em ordenança e elle conde (sic) Christovão e com elle o patriarcha...» (P. II, cap. 13, p. 143)
«hum judeu chamado Soleimão irmão de Isac do Cairo » (P. II, cap. 24, fól. 58)	«hum judeu chamado Soleimão, irmão do isal do Cairo » (P. II, cap. 24, p. 181)
«e sem entrar em Goa se passou à costa do Idalcão » (P. II, cap. 24, fól. 59v)	«e sem entrar na cidade de Goa, se passou à costa do Idão (sic) » (liv. II, cap. 24, p. 182)
«de que era capitão dom Garcia de Menezes era este fidalgo (...) filho do craveiro » (P. II, cap. 28, fól. 65)	«...de que era cappitam dom Gracia de Menezes, era este fidalgo filho do carvoeiro » (P. II, cap. 28, p. 188)
«começarão os nossos a beber do poço da Boto-china » (P. II, Cap. 30, fól. 77)	«comessarão os nossos a beber do poço, da Balthina (em Malaca)» P. II, cap. 30, p. 198

Refira-se, em abono da verdade, que muitos dos erros do manuscrito da Biblioteca Nacional de Lisboa poderiam ser detectados a partir da colação com os passos correspondentes das *Décadas* 4.^a, 5.^a e 6.^a. A título comprovativo, o primeiro exemplo acima referenciado, colhe na *Década* 5.^a, livro VII, cap. 11, que passamos a transcrever: «Ao entrar da cidade, mandou D. Christovão pôr as bandeiras em ordenança, e elle com a de Christo, e com elle o Patriarcha».

Igualmente, a consulta do testemunho da Torre do Tombo permitiria localizar alguns saltos do mesmo ao mesmo ou cortes significativos do texto, como o comprovam os exemplos abaixo seleccionados. Sublinhe-se que, tal como se acima observou, também estes saltos poderiam ser relevados através da colação com os passos das *Décadas da Ásia* de onde foram recortados.

No quadro que se segue, as palavras que provocaram os saltos estão sublinhadas, os trechos «comidos» em itálico e, a negrito, ocorrências faltosas da cópia, reproduzidas na edição.

¹⁹ Cf. artigo citado na nota 5, p. 124.

Cópia da Torre do Tombo	Edição 1998 (segundo cópia BNL).
D. Christovão pedio ao patriarcha, que benesses hua mesquita, que ali estava, o que elle logo fez, com grande cerymonia, invocando a Nosa Sra.. da <u>Victoria</u> na coal ao outro dia se disse missa a que todos asistirão com grande devoção a Rainha detevesse la alguns dias provendo aquella serra de capitão e gente e pera aquella <u>victoria</u> ser mais celebrada chegarão aquella serra dous portugueses que Manoel de Vasconcellos mandava...» (P. II, cap. 18, fól. 40)	D. Christovão pedio ao patriarcha que benesses hua mesquita, que ali estava, o que elle logo fez, com grande cerimonia, invocando a Nossa Senhora da <u>Vitoria</u> ; e para ser mais sellebrada, chegarão depois áquella serra dous portugueses, que Manoel de Vasconcellos, mandava...» (p. II, cap. 18, p. 161).
«Vindo aly mandou el rey da Ujantana chamar Laximena e lhe disse que fosse a Mallaca a <u>modo</u> de visitar o capitão da sua parte e que a volta diso notasse o <u>modo</u> da fortalleza a e gemte que tinha e se avia la atoardas da armada» (P. II, cap. 26, fól. 61v)	«Juntos ali mandou el rey de Viantana (Ujantana, no ms.) chamar Laximena e lhe disse que fosse a Malaca, a ver o <u>modo</u> , da fortalleza, e a gente, que tinha, e se havia la <i>toadas</i> (em itálico na edição) de armadas» (P. II, cap. 26, p. 184).
«e por darem cartas ao governador de Dom Diogo de Almeida <u>capitão de Goa</u> em que lhe fazia saber que o Idalcão tinha mandado hum grosso poder sobre as terras de Salsete voltou logo pera <u>Goa</u> e de caminho destruiu e asollou a cidade de Dabul, sem lhe deixar cousa em pe e sem entrar na cidade de Goa foi pellois rios acima...» (P. II, cap. 25, fól. 59)	e por darem cartas ao governador dom Diogo de Almeyda, e de caminho destruhio e asolou a cidade de Dabul, sem lhe deixar couza em pé, e sem em entrar na cidade de Goa, foy pellois rios assima...» (P. II, Cap. 25, p. 182)
«e fazendose em hum corpo forãose <u>recolhemdo</u> a fortalleza damdo goarda as molheres e meninos que se hiam <u>recolhemdo</u> carregadas de suas joias e cousas mais ricas» (P. I, cap. 27, fól. 64).	«e fazendosse em hum corpo, foramse <u>recolhendo</u> , carregados (carregadas, no ms.) de suas joyas, e couzas <u>marruas</u> que poderão salvar» (P. II, cap. 27, p. 186)

II – A leitura e glossário do *Tratado dos feitos de Vasco da Gama e seus filhos na Índia*

1 – José Manuel de Azevedo e Silva e João Marinho dos Santos afirmam, na Introdução, que «o manuscrito que agora se publica coloca, pelo seu mau estado, sérias dificuldades e manifestas impossibilidades de leitura, particularmente quanto aos primeiros 14 capítulos da Segunda parte» (p. XIX). Acrescentaríamos a esta afirmação que muito maior obstáculo coloca à publicação do *Tratado* a péssima qualidade, do ponto de vista da inteligibilidade da narrativa, dos dois testemunhos existentes. Um e outro, apesar da ligeira superioridade da cópia da Torre do Tombo, eivados de erros de leitura, de palavras ou frases sem sentido e de lacunas.

Reside, aliás, nesta má qualidade das cópias a explicação para o abortamento ou adiamento das mais recentes tentativas de edição deste *Tratado*. Com efeito, sabe-se que Jorge de Faro transcreveu e preparou para publicação o texto manuscrito conservado na Biblioteca Nacional de Lisboa, tendo em vista a sua edição na colecção «Biblioteca Histórica de Portugal e do Brasil» da Livraria Civilização. Chegaram a imprimir-se 112 páginas, mas o director da colecção, o Visconde da Lagoa, teve dúvidas quanto à inteligibilidade do texto, pelo que o submeteu à consideração de Manuel Lopes de Almeida, que foi de igual parecer, aconselhando que se suspendesse o processo de impressão²⁰. Suspei-

tamos também ser esta uma das razões por que continuamos à espera da edição de A. Coimbra Martins, prometida desde 1970-1971.

Se a má qualidade das cópias, perceptível por uma simples leitura, alarmou estes investigadores, muito mais alarmados ficariam se tivessem feito o seu cotejo com as «fontes» que, sabemos, Diogo do Couto utilizou para «armação» do *Tratado*. Aos erros evidentes, colhidos numa primeira leitura, vem juntar-se um imenso rol de ocorrências faltosas: deturpações, palavras incorrectamente decifradas e os inevitáveis saltos do mesmo ao mesmo, verdadeiras ratoeiras para quem queira utilizar o texto como fonte de informação / investigação.

Dos inúmeros exemplos que se poderiam alinhar, resultantes desse exercício de comparação, seleccionámos apenas quatro, dois de cada uma das partes em que se estrutura *Tratado*.

- i) O primeiro bebe num dos passos em que Couto segue as *Décadas* de Barros «ao pé da letra» sendo, por isso, possível apresentá-los em paralelo:

Barros, <i>Década</i> 3. ^a , liv. IX, cap. 1, p. da ed. 1777	<i>Tratado dos Gama</i> , P. I, cap. 24, p. 96 da ed. 1998 (fól. 88 ms. BNL)
D. Simão de <u>Menezes</u> <i>filho de Dom Rodrigo de Menezes, provido pera capitão de Cananor, e D. Jorge de Menezes</i> , que fez aquele honrado feiro em Chaul, quando mataram Diogo Fernandes de Beja (...), D. Fernando de Monroy, filho de D. Afonso de Monroy, craveiro que foi de Alcantra em Castela , que também ia provido de capitão de Goa	D. Simão de <u>Menezes</u> que fes aquelle honrozo feito em Chaul quando mattarão Diogo Farnandes de Beja (...) D. Farnando de Monroes Carvalho, da Cantra e Castello provido, com a capitania de Goa

Como a comparação o atesta, neste excerto, sacado de trecho em que se enumeram os capitães da armada com que Vasco da Gama partiu para a Índia, em 1524, captam-se dois saltos do mesmo ao mesmo – as palavras que os motivaram foram sublinhadas e os textos cortados escritos em itálico – e três valentes erros de decifração / transcrição (em negrito) que afectam o sentido do texto, no *Tratado dos Gama*. Acresce que, só nesta folha da cópia da Biblioteca Nacional de Lisboa, e consequentemente no texto ora editado, ainda se detecta mais um salto de várias palavras.

- ii) Quanto ao segundo, decorre de um comentário em que João de Barros (*Década* 1.^a, liv. 4.^o, cap. 1) enaltece os feitos da nação portuguesa relativamente aos obrados pelos gregos e romanos, que, no *Tratado dos Gama*, se situa no cap. 12 da referida parte, pág. 65 da edição:

«... nem aquelle velossino douro de Jasão, nem as gorgonas de **perrito** nem os trabalhos de **tesco**, nem os encantamentos das çerces aos companheiros de Ulixes, nem o seu **femo**, nem todas as outras mais façanhas que aquelles escriptores tancto engrandecerão con suas escripturas»

Como se pode constatar, o copista adulterou de tal modo o sentido do texto que difícil se torna reconstituí-lo. As três palavras a negrito testemunham erros evidentes: «perrito» deve resultar de uma má leitura de «Pirítoo / Perito»; «tesco», de «Teseo»; «femo» será, por

²⁰ Cf. A. C. MARTINS, «Diogo do Couto et la famille Da Gama», cit.

ventura, o que restou de «Polifemo».

- iii) Por último, dois exemplos da Segunda parte que, significativamente, ocorrem ambos na mesma página da edição. Mais dois saltos do mesmo ao mesmo, agravados, no primeiro caso, por uma lição adulterada, em que o copista confundiu a abreviatura de «Christão» (xrtão) com a de Christovão (xruão).

<i>Década 5.^a, liv. VII, cap. 15, p. 116 da ed. ???</i>	<i>Tratado dos Gama, P. II, cap. 7, p. 125</i>
«O Governador como teve a armada junta, foi demandar a entrada do <u>Estreito</u> , e no Cabo Rasbel, que está em doze grãos bem na garganta do <u>Estreito</u> , achou hum navio, de que era capitão Garcia de Noronha, que o Viso-Rey D. Garcia de Noronha fez Christão em Dio , que o Governador tinha mandado diante a vigiar as galés»	«O governador como teve a armada junta, foi demandar a entrada do <u>Estreito</u> , e achou hum navio de que hera cappitam dom Graçia de Noronha; (o que o visse rey fez D. Christovão em Dio) o qual o governador tinha mandado diante a vigiar as galés»
«Desta ençada partio a Armada, e foi passando as Ilhas da Pascoa, e as do Camelo em quatorze grãos e meio, e a Ilha de Laca em quinze, e hum quarto, e depois a ençada dos Medãos em quinze largos até chegar a Arquico, e a Maquá, que estam em quinze grãos e meio. Arquico, afirmam muitos que foi lugar de Adule»	«Desta enciada, partio a armada, e foy passando ás ilhas da Páscoa, e ás do Camello, em quatorze grãos e meyo, e Arquico que afirmão muitos que foy lugar de Adule»

2 – A reflexão que temos feito em torno dos problemas levantados pela edição dos textos de Couto e o conhecimento do estado das cópias do *Tratado dos Gama* levaram-nos a afirmar, em estudo recentemente publicado, que uma edição minimamente rigorosa deste *Tratado* não seria tarefa fácil ²¹. Atendendo à dimensão histórico-cultural da obra e à má qualidade dos testemunhos manuscritos existentes que, sublinhe-se, todos eles são cópias, pensamos que, para efeitos de publicação, se justificaria um tratamento crítico, apoiado nas «fontes» utilizadas por Diogo do Couto. Tratamento esse que, nuns casos, designadamente nas ocorrências de erros evidentes, passaria por correcções ao texto, devidamente assinaladas e anotadas; noutros, por esclarecimentos e anotações em pé de página. Não foi esse o caminho seguido por José Manuel de Azevedo e Silva e João Marinho dos Santos, talvez porque, como se deduz das suas palavras na «Introdução», urgia antes de mais preservar testemunho em risco de vir a deteriorar-se. Apresentam, assim, uma «leitura» em que se propuseram: assinalar as palavras ou conjunto de palavras de leitura duvidosa em itálico, e as lacunas correspondentes às impossibilidades de leitura a ponteados, colmatando-as, na medida do possível, com o texto dos capítulos das *Décadas* de Diogo do Couto. Acrescente-se que, embora não se trate propriamente de uma intervenção, também assinalaram, através da aposição da locução latina *sic*, as lições que consideraram notoriamente faltosas. Destas, uma só foi objecto de anotação, na página 168. No que respeita a actualizações ortográficas, desdobraram as abreviaturas e regularizaram, segundo a norma actual, as maiúsculas / minúsculas no início de palavra, os valores consonânticos ou vocálicos das letras «v / u» e «i / j» e a arrumação das palavras.

²¹ M. A. L. CRUZ, «O Tratado dos Gama..», cit., p. 124.

No entanto, nem sempre estes critérios foram aplicados de forma sistemática e rigorosa.

- i) São várias as ocorrências de lições faltosas, algumas mesmo disparatadas, que não foram assinaladas. Para além das já respigadas, nos quadros comparativos apresentados, como «carvoeiro» por «craveiro» (claveiro), «isal do Cairo» por «Isac do Cairo», várias vezes aparecem os topónimos «Barcelor» e «Chaul» sob as formas «Barcelos» e «Caul», sem qualquer chamada de atenção. A título de exemplo, listam-se alguns erros de outro tipo, marcados a negrito, que também não foram apontados:

– p. 66, «hum cossario por nome Timoja, que depois foi grande servidor de el rey de **Por**».

A palavra a negrito resulta provavelmente de um erro de leitura da abreviatura de «Portugal»

– p. 67, «de como o **sabbaim**, senhor de Goa...»

Trata-se naturalmente de «Sabaio», nome por que era conhecido Yusuf Adil Khan que, além de quase irreconhecível, deveria ter sido transcrito com maiúscula inicial.

– p. 95, «João Rodrigues de Sá, alcaide mor da mesma cidade (do Porto), e senhor de Matosinhos, e das terras de **Verbaltar**, e Paiva».

João Rodrigues de Sá era senhor «das terras de Sever, Baltar e Paiva»

– p. 98, «(Vasco da Gama) mandou metter nella [embarcação], Tristão de Athayde seu cunhado, **meu** irmão da mulher delle almeirante filho de Alvaro de Atahayde».

Trata-se evidentemente de um lapso em que o copista trocou «meio» por «meu».

– p. 105, «de como Lacximena cappitão d'el rey de Viatana se foi lançar em **Silladaso**, sobre o porto de Malaca».

«Silladaso» resulta de um erro frequentemente cometido pelos copistas: junção à palavra que estavam a escrever da primeira sílaba da seguinte. A lição correcta é «sillada (*ou seja, cilada*) sobre». A não detecção deste erro de cópia pelos editores levou a que criassem um novo topónimo.

- ii) Algumas propostas avançadas, em itálico, para decifração de palavras ou conjunto de palavras duvidosas não foram as mais adequadas. Também a título de exemplo, veja-se:

– p. 144, «o barnagaes, comessou ácorrer com os mantimentos, dando cada dia oito vacas, e dous bollos de milho, e *nachicos* grandes a cada pessoa...».

No manuscrito, o copista escreveu «nachiin» que, convenhamos, está mais próximo de uma das muitas formas utilizadas na época para ortografar «nachinin» (cereal miúdo da Índia e África Oriental).

– p. 154, «Foão Trancozo (...) alcançou com a mão esquerda hum mouro, metten-dolhe o braço pello singidouro (que hera hum *camara dando de muitas voltas*) e o levantou no ar».

No manuscrito está «que hera hum camaradando de muitas voltas». Manifestamente, o copista escreveu «camaradando» por «camarabando» (espécie de faixa usada no Oriente), donde a intervenção dos editores acaba por alterar erradamente o sentido da frase.

- iii) Relevam-se, por fim, erros de transcrição cometidos pelos editores, que ainda mais agravaram a qualidade do já tão maltratado texto do *Tratado dos Gama*.

<i>Cópia da BNL</i>	<i>Edição de 1998</i>
«... Tiphys q. nouos / detegat orbes, nec sit terris / ultima Thule ²² » Excerto da <i>Medeia</i> de Séneca, fól. 3v.	«...Tiphis q. novos / detegat orbes, nec sit terris / Ultima Thale » Excerto da <i>Medeia</i> de Séneca, p. 23.
«Alvaro de Brevia que foy escrivão dalfandega do Porto » (P. I, cap. 7, fól. 32)	«Alvaro de Brevia que foy escrivão dalfandega do porto » (P. I, cap. 7, p. 51)
«os portos de Alexandria, Ebaraut [<i>ou seja, e Baraut</i> ²³], onde elles (os mouros) mandavão as suas náos» (P. I, cap. 15, fól. 60)	«os portos de Alexandria, Ebaraut , onde elles (os mouros) mandavão as suas náos» (P. I, cap. 15, p. 74)
«couza de que munto se podia jactar (<i>refere-se a Vasco da Gama</i>) por acabar ele hua tamanha ²⁴ Baçosimiramis [<i>ou seja, «Baco, Simiramis»</i>], Alexandre nem nenhum dos romanos acabarão» (P. I, cap. 16, fól. 63)	«couza de que munto se podia jactar por acabar ele hua tamanha Baçosimiramis , Alexandre nem nenhum dos romanos acabarão» (P. I, cap. 16, p. 76)
«despedio as outras embarcaçoens pera Cochim carregadas de cairo ²⁵ » (P. I, cap. 28, fól. 97v)	«despedio as outras embarcaçoens pera Cochim carregadas de Cairo » (P. I, cap. 28, p. 104)
Os outros cappitaens erão Vicente Gil e Antonio Carvalho, Nanão [<i>ou seja, «Na nao</i> ²⁶ com D. Estevão da Gama, se embarcou...»] (P. II, cap. 1, fól. 100)	Os outros cappitaens erão Vicente Gil e Antonio Carvalho, Nanão , com D. Estevão da Gama, se embarcou...» (P. II, cap. 1, p. 107)
«e Tucão Marcar, filho do seu bandararra» (P. II, cap. 4, fól. 109)	«e Tucão Marcar, filho do sova Bandararra ²⁷ » (P. II, cap. 4, p. 115)
«os cappitaens que nesta jornada o acompanharão erão os seguintes (...) D. Francisco de Lima, no galião Bufara» (P. II, cap. 7, fól. 118v)	«os cappitaens que nesta jornada o acompanharão erão os seguintes (...) D. Francisco de Lima, no Collão Bufara» (P. II, cap. 7, p. 124)

²² Thule – região ou ilha imprecisa que, segundo os Antigos, se situaria no extremo setentrional do mundo conhecido.

²³ Actual Beirute.

²⁴ Lacuna de sentido, entenda-se: por acabar ele uma tamanha [cousa que] Baco, Semíramis, nem Alexandre, nem nenhum dos romanos acabaram.

²⁵ Regista-se mais de uma ocorrência deste tipo em que os editores operam erradas intervenções na actualização de maiúsculas / minúsculas em início de palavra. No caso, trata-se de «cairo» (fibra do coco ou corda dessa fibra) usado nas embarcações para cabos e calafetagem.

²⁶ Leia-se: «Na nau com D. Estevão da Gama, se embarcou...»

²⁷ A leitura de «sova» por «seu» levou os editores a considerar a palavra seguinte um nome próprio (Bandarra), quando, de facto, ela remete para um cargo (ministro dos soberanos malaio). Aliás, são várias as ocorrências desta palavra no texto, sob as formas de «bandarra» ou «bandara», que, correctamente, os editores transcreveram com minúscula inicial.

- iv) Também no «Glossário» se registam formas pouco apropriadas de definição, como:
- p. 203, «Bandara / Bandarra — Príncipe ou filho de nobre, especialmente em Ceilão», quando, no texto, não há uma única situação em que o vocábulo apareça com o sentido que lhe é dado. As muitas ocorrências do termo na Segunda parte do *Tratado* remetem para o cargo de ministro principal dos soberanos malaio, no contexto narrativo dos sucessos dos quatro dos filhos de Vasco da Gama que foram capitães de Malaca. Manifestamente, os editores confundiram este cargo que, nos textos portugueses da época, também aparece sob a forma «Bendara», com o título «Bandar» / «Pandar» posposto a alguns nomes próprios em Ceilão.
 - p. 205, «Naires – **Arborígenes** do sudoeste da Índia».

Em conclusão, as observações e reparos feitos não põem em causa o mérito da iniciativa de José Manuel de Azevedo e Silva e João Marinho dos Santos que, reconhecemos, desenterraram dos arquivos em que estava esquecida uma obra que bem merecia ser publicada, tornando-a acessível a um público mais lato.

Mas, como julgamos ter provado, cada texto é um caso e as estratégias de publicação a adoptar devem assentar no estudo prévio desse caso. Os apontamentos que alinhámos nesta recensão crítica, se esse aproveitamento não vierem a ter, terão, pelo menos, o de alertar os investigadores para os cuidados a ter na utilização do texto ora publicado do *Tratado dos Gama* como fonte narrativa.

M. AUGUSTA LIMA CRUZ
Universidade do Minho

Respostas à crítica da *História da Expansão Portuguesa*, coord. de Francisco Bethencourt e Kirti Chauduri, Vol. 1 (1415-1570), Lisboa, Círculo de Leitores, 1998.

Respondo à crítica da *História da Expansão Portuguesa*, publicada no 1.º número da revista *Anais do Centro de Estudos de História do Além-Mar*, por uma questão de respeito pelos leitores desprevenidos: poderiam ser levados a acreditar que a obra foi feita por amadores desleixados, como pretende o recensor, num exercício sistemático de desvalorização e má fé. Começamos pelas questões de fundo para depois irmos ao pormenor.

1. Sentido geral da obra. Não é referido. Existe um problema de fundo, como é que o império português se perpetuou ao longo do tempo, de 1415 a 1975, assumindo diferentes configurações e deslocando sucessivamente os eixos de intervenção territorial. Existem várias respostas desenvolvidas ao longo da obra, que relevam da cultura organizacional, das práticas económicas, do posicionamento dos portugueses nas redes de comércio intercontinentais que eles próprios ajudaram a construir, das características do relacionamento social com as comunidades locais, das práticas de missão e enquadramento religioso, do intercâmbio linguístico, da cultura literária e visual. Existem diversas abordagens cruzadas, que transbordam o quadro político das estruturas do império para contemplar a diáspora portuguesa em todas as suas dimensões. Mas para isso seria necessário ler não só o 1.º volume, mas os restantes quatro. A perspectiva subjacente a toda a obra é que os problemas de fundo só podem ser compreendidos na média e longa duração, reconstituindo as relações existentes entre as diversas regiões do mundo. Daí termos construído um esquema geral da obra, convidando investigadores a escrever partes consecutivas nos primeiros três volumes ou nos dois últimos: recusámos a manta de retalhos de uma história da expansão com distribuição da coordenação de cada